



FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO SEXUAL: O CONHECIMENTO PSICANALÍTICO NA PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA E ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA ESCOLA

Ana Carla Vagliati¹

Giseli Monteiro Gagliotto²

RESUMO: O artigo refere-se a uma pesquisa inicial do programa de mestrado em Educação, parte de uma revisão bibliográfica, consultas a documentos e produções acadêmicas advindas dos cursos de pós-graduação em Educação nas universidades públicas do país que tematizam a violência sexual, suas articulações com a escola e a formação dos professores para lidar com a violência sexual no âmbito escolar. Buscou desvelar as contribuições da psicanálise para o trabalho dos professores em seu cotidiano em sala de aula, no sentido de perceberem e lidarem com a violência sexual apresentada pelos alunos, tanto na forma física quanto na psicológica e realizarem um trabalho de educação sexual que contribua para a prevenção da violência sexual em crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Violência sexual, formação de professores, psicanálise e escola.

A violência sexual contra crianças e adolescentes acontece em todo o mundo, tanto nas esferas institucionais familiares quanto em outros espaços sociais e tem mobilizado diversos segmentos da sociedade, fazendo com que se pense em ações, fale-se delas e sejam elas criadas para lidar e enfrentar essa forma de violação de direitos.

Desde o início da década de 1990, o tema em questão está em evidência apresentando-se como problema a ser tratado para além do âmbito familiar, abrangendo setores sociais e sendo discutido por profissionais da saúde, do direito, da psicologia, da educação entre outros.

¹ Graduada em pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão. Mestranda em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão. Bolsista recém-formada do Projeto Laboratório de Educação Sexual Adolescer – Programa Universidade sem Fronteiras.

² Professora doutora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Francisco Beltrão. Coordenadora do Projeto Laboratório de Educação Sexual Adolescer - Programa Universidade sem Fronteiras.



O Guia Escolar (2004) revela que a violência sexual contra crianças e adolescentes começou a ser enfrentada como problema de cunho social na última década do século XX. Desde então, a temática da violência sexual vem apresentando relevância política e visibilidade social, perdendo características de segredo familiar. Toda a sociedade torna-se responsável, passando a omissão dos casos de tais violências a ter punição legal.

A violência sexual, vista como uma violação de direitos, fez com que crescessem as responsabilidades da sociedade civil de maneira que os olhares sobre as crianças e os adolescentes precisaram de um incremento legal; um exemplo é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinado em 1990, que estabelece a proteção integral à criança e ao adolescente:

Essa proteção está expressa no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em seu artigo 5º, que reflete a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989: 'Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais' (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p.16).

Assim:

A obrigatoriedade, presente na legislação brasileira desde 1990, quando da decretação do Estatuto da Criança e do Adolescente, alterou substancialmente as relações médico/paciente e professor/aluno. A partir de então, passou a ser exigida uma postura mais protetora por parte de ambas as categorias profissionais (LANDINI, 2011, p.88-89).

O estudo volta-se para a formação de professores e a educação sexual na escola com aporte psicanalítico no sentido de promover a prevenção e a identificação da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes. Defende-se a necessidade da intervenção da escola como instituição educadora e formadora.

Barbosa (2007) enfatiza que é “[...] estratégico o papel das escolas na promoção de saúde, identificação, denúncia e encaminhamentos dos referidos



casos, já que a criança ocupa, quase que diariamente, o espaço escolar, com suas histórias marcadas por violência de vários tipos” (p.7). Parte-se da ideia da autora e destaca-se a importância de ações reflexivas junto aos professores e demais profissionais da área da educação a fim de promover novas possibilidades de atuação a partir de discussões teóricas fundadas na perspectiva psicanalítica referente à violência sexual.

Considerando que a escola é local privilegiado, onde pode e deve ocorrer a identificação, denúncia e prevenção dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, enfatiza-se que:

A escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos Direitos Humanos e educar a todos no sentido de evitar as manifestações da violência. Dentre os problemas mais pungentes que temos enfrentado no Brasil, estão as diversas formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes. A análise desse quadro social revela que as marcas físicas visíveis no corpo deixam um rastro de marcas psicológicas invisíveis e profundas. Combater a teia de violência que muitas vezes começa dentro de casa e em locais que deveriam abrigar, proteger e socializar as pessoas é uma tarefa que somente poderá ser cumprida pela mobilização de uma rede de proteção integral em que a escola se destaca como possuidora de responsabilidade social ampliada (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p.7).

Vale ressaltar que estudos referentes à violência sexual contra crianças e adolescentes, com o olhar voltado para a escola e, em especial, para os professores, ainda são escassos. Maior ainda é a carência de estudos a respeito de ações preventivas lideradas pela escola à violência sexual com aporte psicanalítico. Estudos como os de Barbosa (2008), Faleiros e Faleiros (2008), Guia Escolar (2004) e Libório e Camargo (s/data) apontam a escola como instituição importante e estratégica na prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes. Daí o motivo pelo qual a escola é escolhida como categoria de análise no sentido de contribuir para o seu papel social e para a instrumentalização de seus profissionais na intervenção frente a esses



casos de violência sexual, tanto na forma de identificação como na forma preventiva. Barbosa (2007) adverte que,

[...] ainda são poucos os estudos acerca da violência sexual através do olhar da psicanálise e da sua contribuição envolvendo o campo educacional. Parece, no entanto, esta ser uma via possível a partir da compreensão da realidade do abuso sexual vivido pela criança, oportunizando reflexões e habilitando o educador para ações preventivas. Para tanto, é importante que se transmitam aos educadores conhecimentos a respeito deste assunto, a fim de se obter a inclusão do tema prevenção da violência (com relevância da sexual) como temática transversal a ser trabalhada com os alunos (p.56).

Sensibilizar e contribuir para a formação dos profissionais de educação, em especial os educadores, para a importância da identificação dos sinais da violência sexual sofrida pelo aluno, uma vez que este passa a maior parte do tempo com os professores. Dessa forma, potencializar a prevenção e a identificação de sinais desse tipo de violência já que, o quanto antes forem identificados, melhor será para a vítima.

Há que se pensar no espaço da escola como um lugar no qual as crianças e os adolescentes aprendem sobre sexo. Daí a importância de uma educação sexual que trabalhe com a sexualidade plena dos alunos, uma vez que ela contribui para a construção da personalidade de cada um. Uma educação sexual voltada para o desenvolvimento de professores e alunos de maneira a viverem sua sexualidade de forma mais responsável e prazerosa será capaz de prevenir e identificar os casos de violência sexual.

Discutir violência sexual significa, necessariamente, discutir sexualidade com os adolescentes. Pensar possíveis soluções para o problema da violência sexual implica pensar crianças e adolescentes como sujeitos ativos – proteger da violência e do abuso não significa isolá-los do mundo (real e virtual), mas prepará-los para lidar com essas situações. Para tanto, a abertura para falar sobre sexualidade é imprescindível (LANDINI, 2011, p.97-98).



No que diz respeito à prevenção da violência sexual, envolvendo a instituição escolar e a educação sexual, Landini (2011) aponta que:

[...] é necessário falar justamente sobre esse tema: sexualidade. Nem sempre se fala sobre sexualidade quando está em pauta a discussão sobre violência sexual. Crianças e especialmente adolescentes têm curiosidade sobre sexo e sexualidade (p.96).

Percebe-se a importância de relacionar a violência sexual com a sexualidade, de discutir e preparar as crianças e os adolescentes para situações reais de violência, no sentido de que saibam lidar com tais situações, ao invés de fugirem e admitirem o pacto de silêncio que, costumeiramente, envolve vítimas de abuso sexual.

Ressalta-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violência difícil de ser identificada e tem como aliado o pacto de silêncio que envolve agressores e vítimas, pacto este que acaba por se estender aos profissionais, que ficam entre a dualidade de não perceberem o abuso – devido aos mecanismos de ocultação entre vítimas e abusadores – como pela necessidade de colocar uma venda nos olhos – para não enxergar o indesejado (LANDINI, 2011).

No âmbito da identificação e da prevenção, encontram-se questões importantes a serem pensadas. No que tange à identificação, a notificação é estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente; quanto à prevenção, há a quebra de tabus para com um tema que envolve particularidades do sujeito, como a sua sexualidade. Os dois casos, o da identificação e o da prevenção requerem que os profissionais envolvidos saibam como lidar com as questões do abuso sexual e estejam abertos para conversar sobre sexualidade.

Ainda no aspecto da prevenção, há uma classificação apresentada em três fases, dada pela Organização Mundial da Saúde (OMS): prevenção primária, secundária e terciária. A prevenção primária diz respeito à eliminação ou redução de todos os fatores que favoreçam, de alguma forma, a violência



contra crianças e adolescentes, atuando nas suas causas. Visa, como alternativa para tais ações, à capacitação das pessoas envolvidas diretamente com as crianças e os adolescentes, como pais e professores. A prevenção secundária, que diz respeito ao impedimento dos atos de violência e/ou sua repetição, fazendo uma detecção precoce; atua em situações já existentes. Já a terciária, refere-se ao acompanhamento integral da vítima e do agressor por profissionais capacitados.

Como visto não se pode deixar de pensar na importância de uma formação para os profissionais da educação que envolva o tema da violência sexual; tal formação possibilitará maior segurança bem como guiará o posicionamento a ser adotado por esses profissionais diante da violência sexual sofrida pelos alunos.

Ladini (2011) traz sua contribuição ao denunciar o despreparo dos profissionais da educação diante dos casos de violência sexual:

Duas questões muito sérias são colocadas para a escola e os profissionais da educação: a notificação compulsória estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos e a prevenção da violência sexual. Tanto em um quanto em outro caso requer-se do profissional que tenha conhecimento das principais características da dinâmica da violência sexual, que saiba lidar com a questão da revelação do abuso ou exploração e que esteja aberto para conversar sobre sexualidade (p.101).

Também o Guia Escolar (2004), ao tratar do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, enfatiza o necessário papel da escola. Acredita-se que uma formação em educação sexual para os professores e alunos poderá efetivar a identificação e a prevenção dos casos de violência sexual, contribuindo, inclusive para o rompimento do pacto de silêncio que comumente ronda tais formas de violação.

Convém salientar que,



A violência sexual é classificada em *abuso sexual e exploração sexual comercial*; o abuso sexual em intra e extrafamiliar; a exploração sexual em prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais. Essas classificações são consideradas diferentes *formas* de violência (BARBOSA, 2007, p.25).

Educadores devem estar atentos para sinais que demonstrem a violência sexual contra seus alunos, entendendo que nem sempre são visíveis através de marcas físicas.

No eixo da prevenção fica bem clara a importância da participação da escola no enfrentamento a esta problemática, pois nele é apontado o papel da escola no trabalho de educar crianças e adolescentes sobre os seus direitos e assegurar, assim, ações preventivas contra a violência sexual, no sentido de possibilitar que as crianças e adolescentes tenham apoio e sejam protegidos com ações educativas com vista à autodefesa, à conscientização e à valorização de suas etapas de crescimento [...] (LIBORIO; CAMARGO, s/data, p.7).

A Abrapia (1997) também aborda a importância do papel da escola, ressaltando que “identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial, do professor” (p.6).

No que diz respeito aos indicadores de violência sexual, apesar de muitas vezes serem de difícil constatação pelos educadores, há a necessidade do entendimento de que os alunos sempre demonstram o que está acontecendo com eles de alguma forma, que pode caracterizar-se em:

[...] altos níveis de ansiedade; baixa auto-estima; distúrbios no sono e na alimentação; problemas no aprendizado e dificuldades de concentração; mudanças extremas, súbitas e inexplicadas alterações no comportamento da criança /adolescente; comportamento muito agressivo ou apático / isolado; regressão a um comportamento muito infantil; tristeza e abatimento profundo; comportamento sexualmente explícito ou presença de conhecimentos inapropriados para a idade; masturbação visível e contínua; brincadeiras sexuais agressivas; relutância em voltar para casa; faltar freqüentemente à escola e ter poucos amigos [...] (ABRAPIA, 1997, p.28).



Gabel (1997) apresenta as consequências da violência sexual sofrida por crianças e adolescentes, evidenciando a violência psicológica e afetiva:

[...] na criança e no adolescente, quando o abuso sexual é seguido de violência, há seqüelas visíveis: equimose, lacerações, infecções. Mas as sevícias afetivas são, provavelmente, as mais graves e difíceis de avaliar: sentimento de culpa, angústia, depressão, dificuldades de relacionamento e sexuais na vida adulta (p.9).

A citação remete à importância do papel do educador em conhecer seu aluno e, ao menor sinal de mudança de comportamento, não calar-se ou tapar os olhos, ao contrário, buscar saber o que está acontecendo, pois o problema, algumas vezes, pode ser mais grave do que se espera.

Outro fator relevante no comportamento do aluno é a agressividade, tratada por alguns autores como forte indicador de que algo está acontecendo na vida do indivíduo. Entende-se que, desde que nascemos, apresentamos agressividade, uma forma de defesa, demonstrando que estamos com medo. “Para a psicanálise, a agressividade é inata ao indivíduo e não deve ser tratada como um distúrbio de comportamento. O prazer e o desprazer têm a mesma importância no desenvolvimento psíquico” (GAGLIOTTO; BERTÉ; VALE, 2012, p.148).

Gagliotto, Berté e Vale (2012) esclarecem, pautadas na concepção psicanalítica freudiana, que a agressividade é caracterizada como mecanismo de defesa do “eu”, no que se refere à sua constituição e à subjetividade dos indivíduos desde o nascimento.

Tomando a concepção psicanalítica freudiana, que busca contribuir para a reforma dos métodos e objetivos educacionais, tanto a agressividade quanto outras formas de demonstração por parte dos alunos não podem ser vistas pelo educador com olhar reducionista.

O abuso sexual contra crianças e adolescentes apresenta-se na forma de marcas que são prejudiciais ao desenvolvimento e podem persistir por toda a vida. Na escola, esses danos podem aparecer como maior agressividade,



falta de interesse no brincar, dormir e estudar, formas de demonstrar que algo está acontecendo. Cabe ao professor, a partir de alguns desses sinais, ajudar esse aluno a sair do pacto de silêncio.

O abuso sexual é desvelado pelos excessivos sinais e sintomas que a criança apresenta, através de atitudes e expressões verbais e não verbais emitidas por sintomas, gestos e palavras, tais como: mudança repentina de comportamento, busca de isolamento, reações agressivas, apresentação de masturbação exacerbada, de distúrbios do sono e da alimentação, além da presença de assaduras na genitália, alergias, dor, etc. (BARBOSA, 2008, p.47).

No que se refere ao professor, à construção do “eu” e à perspectiva psicanalítica, Gagliotto, Berté e Vale (2012) trazem contribuições:

[...] o professor pode contribuir na formação do aluno ajudando-o a equilibrar suas emoções na construção do EU e assim, o desenvolvimento e aprendizagem irá ocorrer de uma forma mais eficaz. A escola, através do estudo da teoria psicanalítica, pode fazer com que o sujeito busque alternativas e desenvolva o prazer de aprender. Dentro da perspectiva psicanalítica, o professor, pode realizar atividades que otimizem o desenvolvimento da criança e levar a psicanálise para a sala de aula (p.156).

Percebe-se, assim, a fundamental importância da psicanálise no processo de ensino e aprendizagem para a plena sexualidade da criança e do adolescente bem como no trabalho dos educadores frente à violência sexual sofrida por seus alunos. A psicanálise, na educação, apresenta-se como alternativa para prevenir e identificar a violência contra as crianças e os adolescentes.

[...] enfrentamento do grave problema da violência sexual contra a criança junto aos profissionais da educação, já que, após o círculo familiar, a escola se mostra como um lugar privilegiado de expressão dos sinais desta violência sofrida pela criança. Por tal razão, considero estratégico o papel das escolas na identificação, na denúncia, nos encaminhamentos e, principalmente, na prevenção destes casos (BARBOSA, 2008, p.12-13).



A sensibilização e o conhecimento científico contribuirão para educar o olhar dos professores, para identificar sinais de abuso que não deixam marcas, além de aperfeiçoar suas habilidades de escuta e capacidade de abordar essa temática.

A violência sexual acarreta uma desestrutura da identidade da vítima causando sérias consequências relacionadas à sua integridade física e psicológica. Faleiros e Faleiros (2008) apresentam algumas consequências importantes:

a) deturpa as relações sócio-afetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas; b) confunde, nas crianças e adolescentes violentados, os papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais; perde-se a legitimidade da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais; c) inverte a natureza das relações entre adultos e crianças/adolescentes definidas socialmente, tornando-as: desumanas em lugar de humanas; negligentes em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas; controladoras em lugar de libertadoras; perversas em lugar de amorosas; desestruturadoras em lugar de socializadoras; d) estabelece, no ser violentado, estruturas psíquicas, morais e sociais deturpadas e desestruturantes, principalmente nos abusos sexuais de longa duração e na exploração sexual comercial (p.39).

A violência sexual é uma dominação perversa que um maior exerce sobre um menor, sendo, na maioria das vezes, mantida em segredo. Pode constituir-se em manipulação psicológica de longa duração e causa consequências permanentes, das quais a vítima não sabe como se livrar, permanecendo imobilizada. É uma violência normalmente repleta de medo e muito sofrimento, constituindo-se, ao mesmo tempo, em violência psicológica.

A violência psicológica situa-se no conceito geral de violência como uso ilegítimo da autoridade decorrente de uma relação



de poder. Assim, no lugar de oferecer a proteção, que é o seu dever, o adulto se relaciona com a criança por meio da agressão verbal ou psicológica e do domínio, substituindo e invertendo o papel que dele se espera. Essa inversão da proteção em opressão configura uma 'despaternalização', ou seja, a negação das funções sociais e pessoais dos papéis de pai e mãe, do poder familiar, muitas vezes ancorada em uma tradição autoritária da disciplina (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p.37).

Essa violência pode apresentar-se de variadas formas, como:

[...] através do contato físico, ou seja, por meio de carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal, com o pênis ou objetos, masturbação forçada, dentre outros; e sem contato físico, por exposição obrigatória a material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p.39).

Há a necessidade de que a violência sexual seja enfrentada, prevenida e evitada. "No eixo da prevenção, é clara a importância remetida à participação da escola no sentido de educar crianças e adolescentes sobre seus direitos e assegurar, assim, ações preventivas contra a violência sexual" (LANDINI, 2011, p.94).

Também a emergência da participação da escola no enfrentamento desta problemática, ensinando às crianças e adolescentes sobre seus direitos, assegurando, assim, ações preventivas contra a violência sexual. A escola, na figura dos professores deve criar condições de apoio e proteção aos alunos através de ações educativas que visem à autodefesa, à conscientização e à valorização das etapas do seu desenvolvimento.

Prevenir, denunciar e identificar a violência sexual implica, contudo, ações reflexivas junto aos professores, fundamentadas em discussões teóricas da perspectiva psicanalítica. O conhecimento científico contribuirá para a sensibilização dos professores, possibilitando o enxergar e o saber trabalhar com o indesejado que se constitui a violência sexual.

No presente artigo, tematizou-se a violência sexual, suas articulações com a escola e a formação dos professores para lidar com a violência sexual



no âmbito escolar. Buscou-se, mesmo que de forma incipiente, desvelar as contribuições da psicanálise para o trabalho dos professores, no sentido de perceberem a violência sexual apresentada nos alunos e lidarem com ela, tanto na forma física quanto na psicológica, para que possam realizar um trabalho de educação sexual que contribua com a prevenção da violência sexual em crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTI-PROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção - guia de orientação para educadores.** Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

BARBOSA, G. F. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola - um olhar da psicanálise e da saúde pública.** 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Veiga de Almeida, Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade, Subjetividade nas Práticas das Ciências da Saúde, Rio de Janeiro, 2008.

FALEIROS, V. de P.; FALEIROS, E. S. **Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.** 2 ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2013.

GAGLIOTTO, G. M.; BERTÉ, R.; VALE, G. V. do. **Agressividade da Criança no Espaço Escolar: uma abordagem psicanalítica.** Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.20, n1, p.144-160, 2012. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2218/2048>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2013.

GABEL, M. (org.). **Crianças vítimas de abuso sexual.** 2. ed. São Paulo: Summus, 1997.

GUIA ESCOLAR. **Métodos da identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 163 p, 2004.



LANDINI, T. S. **O professor diante da violência sexual.** – São Paulo: Cortez.
– (Coleção educação e saúde; v.4), 2011.

LIBORIO, R. M. C.; CAMARGO, L. dos S. **A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Perspectiva de Profissionais da Educação das Escolas Públicas Municipais de Presidente Prudente.** (s/data). Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/qt23-1810--int.pdf>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.